

Representações da Violência na Fronteira: um estudo a partir das regiões da Grande Dourados (MS) e do Oeste Paranaense (PR)

André Luiz Faisting

Universidade Federal da Grande Dourados

faisting@uol.com.br

Introdução

Desde fins da década de 1970 o crime e a violência vêm chamando a atenção dos cientistas sociais brasileiros, criando um amplo campo de estudos desses fenômenos no Brasil¹. Mais recentemente, contudo,

1. Ao recuperar as contribuições de balanços anteriores que avaliaram tendências teóricas, conceituais, metodológicas e temáticas desde a década de 1970, Barreira e Adorno (2010) argumentam que a partir do ano 2000 mantiveram-se, em geral, os mesmos recortes temáticos e preocupações teórico-metodológicas, e apontam o crescimento, adensamento e abertura de frentes de investigação que permitiram a criação de uma “tradição” de estudos sobre violência na sociedade brasileira, com múltiplos recortes: mercado, cooperação e conflito, classes e hierarquias sociais, política, poder e governabilidade, controle social, cultura, representações sociais e imaginário. Assim, as distintas conexões entre narrativas e fatos, entre constatações e explicações, entre experiência vivida e mundo normativo, tornam o tema da violência um lugar privilegiado para pensar a sociedade brasileira atual. (BARREIRA e ADORNO, 2010, p. 334).

tem sido forte o interesse acadêmico em compreender as possíveis mudanças no perfil da criminalidade e da violência, sobretudo em relação ao chamado “crime organizado” no contexto da globalização. Dentro de um cenário mais amplo, portanto, pelo menos dois novos desafios têm se colocado aos pesquisadores desse campo de estudos e pesquisas. O primeiro é avançar no conhecimento sobre as conexões da violência com uma nova configuração da ocupação urbana nas periferias das grandes e médias cidades, onde se estabelece novos vínculos societários e relações precárias de trabalho, que introduzem um contingente substancial de pessoas tanto no mercado informal quanto nas práticas do “crime organizado”. O segundo desafio está relacionado aos estudos de fronteiras e, de certa forma, também se relaciona com o primeiro desafio que foi pensado, em princípio, como um “problema” apenas das metrópoles urbanas. Como argumenta Hirata (2015, p. 30):

O “efeito bumerangue” faz os ilícitos transfronteiriços entrarem em ressonância com a representação da violência urbana, que associa e reduz a área da segurança pública nas grandes metrópoles ao combate militarizado dos mercados das drogas. Nas últimas décadas, as políticas de guerra às drogas parecem ter se deslocado com grande rapidez para as fronteiras, na medida em que essas são vistas como os locais de proveniência dessas mercadorias em direção às grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Para entender esse trânsito entre cidades e fronteiras é preciso estar atento a uma sobreposição de dinâmicas antigas e recentes que produzem um hibridismo entre as áreas da segurança pública e da defesa nacional.

Com efeito, tanto as práticas ligadas à aquisição de mercadorias ilegais quanto à sua gestão por parte das autoridades locais e federais também são fenômenos que caracterizam os espaços de fronteiras. Embora estejam se referindo à criminalidade violenta nos grandes centros urbanos, Barreira e Adorno (2010, p. 343) argumentam que

não é possível refletir sobre a violência contemporânea sem considerar sua presença em outras regiões do País e, de forma especial, nas regiões de fronteira. Assim, defendem que “no estágio atual, é impossível uma visão do território nacional como um todo, o que nos permitiria melhor entender fenômenos contemporâneos como o fluxo de migrantes, mercadorias e capitais nas fronteiras”.

Nesse sentido, é preciso reconhecer a importância dos estudos sobre fronteiras tanto no que diz respeito às suas configurações históricas e geopolíticas quanto em suas dimensões socioeconômicas e culturais. Numa perspectiva sociológica, portanto, deve se considerar as múltiplas formas de sociabilidades nos espaços de fronteiras, marcadas ou não por conflitos, crime e violência. Como destacam Cardin e Albuquerque (2018, p. 119-120):

A fronteira como lugar é um espaço intercultural de produção de identidades, alteridades, estereótipos e formas de discriminação, mas também de convivências, relações de parentescos, trocas culturais e simbólicas variadas com os vizinhos imediatos e com outros grupos étnicos e nacionais que vivem nessas cidades fronteiriças. Associados a essa dimensão de identidade e alteridade, estes lugares são repletos de memórias, narrativas e sentimentos de seus habitantes marcados pelos tempos heterogêneos da experiência fronteiriça.

Seja qual for a perspectiva adotada, importa ressaltar que cerca de 11 milhões de pessoas vivem hoje na faixa de fronteira do Brasil, distribuídas de forma desigual ao longo de mais de 16 mil quilômetros, o que coloca não apenas o problema das “ameaças externas”, mas também as dinâmicas do fluxo de mercadorias e de pessoas nessas regiões. Não por acaso esse fenômeno representa hoje uma das principais preocupações dos governos de vários países, e dessa forma também tem sido objeto de formulação e aplicação de políticas públicas na área de segurança. Ou seja, “se em um pequeno espaço de fronteira um

controle e fiscalização nunca se concretizam totalmente, imagine-se então quão enganosa é a representação de um controle efetivo ou completo da fronteira brasileira”. (NEVES, *et. al.*, 2016, p. 22).

Foi dentro dessa carência de pesquisas sobre as fronteiras brasileiras que participamos, em 2013, de uma pesquisa nacional sobre segurança pública nas fronteiras. A justificativa para esse diagnóstico, financiado pelo Ministério da Justiça, se deu justamente pelo reconhecimento de que havia uma grande lacuna de informações qualificadas sobre as dinâmicas de criminalidade locais e sobre as especificidades sociais, econômicas e culturais nessas regiões². Como desdobramento desse diagnóstico nacional também realizamos, em 2016, uma pesquisa sobre a região da Grande Dourados, aprofundando os dados qualitativos nos municípios dessa região que não foram cobertos pela pesquisa nacional³. Nesse percurso estamos desenvolvendo, atualmente, um estudo comparativo entre as regiões da Grande Dourados e do Oeste Paranaense, tendo como foco as representações da violência (re)produzidas pela imprensa local nessas duas regiões. O

2. A pesquisa foi uma iniciativa do Programa ENAFRON (Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras), e se deu em duas frentes: “Diagnóstico Socioeconômico e Demográfico das Fronteiras”, coordenado pelo grupo de pesquisa RETIS, e “Segurança Pública nas Fronteiras”, coordenado pelo grupo de pesquisa NECVU, ambos da UFRJ. Apesar de o levantamento ter ocorrido ao longo de 2013, os relatórios finais só foram publicados no final de 2016, cujos resultados disponibilizaram uma quantidade substantiva de dados quantitativos e qualitativos sobre todos os municípios localizados nas regiões de fronteira do Brasil, o que tem permitido cruzar informações e contrastar perspectivas a partir de outras pesquisas.

3. Projeto “*Violência na Fronteira: representações sociais e políticas públicas na região da Grande Dourados, MS*”, (CNPq — Edital 043/2013). Além Dourados foram pesquisados os municípios de Caarapó, Deodápolis, Douradina, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Maracaju, Rio Brillhante e Vicentina. A pesquisa se desenvolveu por meio de entrevistas em profundidade com profissionais da área de justiça, segurança, educação, saúde e representantes de movimentos sociais. Não foi realizado o levantamento das representações da violência por meio da imprensa local, sendo esse um dos objetivos da pesquisa mais recente que estamos desenvolvendo.

objetivo desse artigo é apresentar parte dos resultados e dos diálogos entre esses diferentes estudos e pesquisas que temos empreendido nos últimos anos, com destaque para a atual pesquisa sobre as representações da violência por meio da imprensa local.

Representações Sociais, Violências e Fronteiras

Partindo das experiências de pesquisa relatadas acima, passamos a reconhecer cada vez mais a importância do enfoque nas diferentes representações da violência na fronteira. Ou seja, para além da materialidade da violência e das formas de controle e gestão dos chamados “ilegalismos” de fronteira, é importante considerar a forma como tais fenômenos são percebidos, interpretados e reproduzidos por pessoas e grupos que, efetivamente, vivem e atuam nessas regiões, consideradas em suas diversidades profissional, socioeconômica, étnica e cultural. Nesse sentido, recorreremos novamente a Cardin e Albuquerque (2018, p. 126) que argumentam:

Pesquisar as fronteiras é abordar o mundo por meio da janela fronteira do conhecimento, ou seja, abrir um horizonte de investigação onde possamos construir outros caminhos teóricos e metodológicos e pensar os grandes temas das Ciências Sociais — Estado-Nação, nacionalismo, soberania, alteridade, território, sociedade e cultura, entre outros, a partir de situações fronteiriças específicas [...]. Nesse sentido, a reflexão sobre as regiões transfronteiriças pode incorporar essas análises críticas ao denominado nacionalismo metodológico a partir das experiências cotidianas dos moradores que vivem em regiões situadas entre Estados nacionais.

Importa ressaltar, portanto, que a violência nas fronteiras não pode ser analisada apenas em termos de sua objetividade e dos indicadores quantitativos como homicídios e outros tipos de crimes, por mais importantes que esses sejam. A violência é, também, o que se representa

como violência, e a fronteira é, também, o que se representa como fronteira.

Assim, partimos da concepção de fronteira para além de sua dimensão física, de limites e divisas, mas como território marcado por sociabilidades variadas, conflitivas ou não, como espaço dinâmico de múltiplas faces, encontros e desencontros. Como argumenta Albuquerque (2010, p. 42), “alguns fenômenos podem ser generalizados para outros contextos fronteiriços e outros são específicos de uma dada configuração social”. Assim, nessa pesquisa buscamos identificar e comparar, em termos das representações da violência, quais são as especificidades das duas regiões. Daí a importância em apreender, ainda que brevemente, o referencial da Teoria das Representações Sociais e, dentro dela, a vertente das representações sociais da violência.

Para Porto (2010, p. 67) “os vários enfoques a partir dos quais o fenômeno da violência tem sido abordado, aquele centrado na análise das representações sociais não tem merecido estatuto privilegiado na sociologia”. Pensar em fenômenos como a violência na contemporaneidade significa pensar o problema da fragmentação, da identidade e da diversidade.

Estamos em presença de um social heterogêneo, no qual nem indivíduos nem grupos parecem reconhecer valores coletivos. Esse contexto dá origem a múltiplos arranjos societários, a múltiplas lógicas de condutas. Predominando tal situação, é válido falar em sociedade fragmentada, plural, diferenciada, heterogênea, tanto no âmbito material — das organizações e dos movimentos sociais — quanto do simbólico, no qual diferentes sistemas de valores vivem e convivem de forma mais ou menos autônoma [...] Sociedades nas quais prevalecem tais situações são passíveis de múltiplas lógicas de ação, organização e reorganização do espaço social e de múltiplos recursos de atuação, entre os quais figura, ou pode figurar, o da vio-

lência [...] os meios de massa, se não diretamente responsáveis pela aumento da violência e da criminalidade, seriam, pelo menos, um canal de estruturação de sociabilidades violentas. (PORTO, 2002, p. 158-160)

Assim, não há como avançar no conhecimento de uma determinada realidade social sem que busquemos compreender como essa realidade é percebida e reproduzida pelos diferentes segmentos que a vivenciam. Para Jodelet (2001), as representações sociais “circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais”. (JODELET, 2001, *apud* PORTO, 2010, p. 66). A depender de como são apropriadas pelas instâncias institucionais, as representações sociais podem também justificar e orientar políticas públicas.

No que se refere à articulação entre fronteira, violência e segurança pública, portanto, destacamos um tipo de caracterização da fronteira que tem sido comum entre profissionais e pesquisadores: a ideia de fronteira como um “espaço-problema”. Se é com base nessa representação que as políticas públicas de segurança são formuladas por autoridades que, na maioria dos casos, não vivem nem atuam nas fronteiras, tal constatação torna-se uma questão fundamental para compreender essas representações.

Do ponto de vista das políticas públicas brasileiras, um dos “problemas” associados às fronteiras que vem ganhando proeminência nas últimas décadas é a segurança pública. Pensada, sobretudo, como uma questão cujo centro são os chamados “ilícitos transfronteiriços”, tal categoria associa a insegurança nas fronteiras a certos circuitos mercantis, sobretudo o tráfico de drogas ilícitas, o tráfico de pessoas e o contrabando de produtos informais, assim como as suas conexões reais ou imaginárias com os grandes centros urbanos brasileiros. (HIRATA, 2015, p. 30)

Nessa perspectiva das representações da fronteira como “espaço-problema”, em uma publicação onde ressaltam a ambivalência característica das “conexões (trans)fronteiriças” permeadas pela mídia, Silveira e Guimarães (2016) também apontam os aspectos prestigiados pela mídia nas relações (trans)fronteiriças, quais sejam, contrabando de mercadorias e de armas, narcotráfico, exploração de recursos naturais, populações camponesas e indígenas, segurança, defesa, controle, dominação e hegemonia nas fronteiras. Segundo as autoras,

São todos temas candentes que desfrutam da fortuna midiática, expondo a debilidade de todos aqueles que habitam as fronteiras ou por elas transitam. Um aprofundamento das condições de noticiabilidade em termos técnicos aporta como os valores-notícia dos crimes de descaminho podem estar a serviço de políticas diversas, como aquelas atinentes às relações internas (reforma agrária e reservas indígenas) ou internacionais, inerentes aos modelos de Estado e de gestão da segurança pública e defesa nacional. (SILVEIRA e GUIMARÃES, 2016, p. 11).

Nesse contexto, caracterizado por representações da fronteira que alimentam as proposições de políticas públicas de segurança, é importante destacar que “será parcial a abordagem de violência que se ativer aos chamados ‘dados objetivos’ sem incorporar, além dos fatos e das estatísticas, a subjetividade das representações sociais, orientadoras de conduta”. (PORTO, 2009, p. 218). Se considerarmos as representações sociais como matéria-prima do “fazer sociológico” e, portanto, um dado a ser considerado por quem elabora políticas públicas de segurança, o fato importaria tanto quanto sua versão, pois ambos constituem parte da definição do que é violência. Assim, entender por que a imprensa (re)produz certas representações sobre violência e segurança pública nas regiões de fronteira pode revelar-se mais pertinente do que tentar desmentir ou confirmar essas representações.

Além disso, podemos destacar a pertinência da explicação sociológica da violência via representações sociais tanto por parte dos agentes da violência, na medida em que as representações “justificam e orientaram as práticas dos atores sociais”, como dos formuladores de políticas públicas de segurança. A explicação da violência movimenta-se dentro dessa rede complexa de significações. E para compreender as bases de tais representações, ainda é ilustrativo o estudo de Caldeira (2000), na medida em que contribui para entender como nossa herança autoritária permanece presente nas mentalidades e nas representações da violência.

Para a autora, é nas conversas diárias sobre o fenômeno da violência que normalmente se desenvolve a chamada “fala do crime”. Através desta forma de discurso é possível a apreensão de categorias que, concomitantemente, geram formas de conhecimento e “desreconhecimento”. Esses, por sua vez, justificam termos depreciativos utilizados contra determinados grupos, classificando simbolicamente o mundo. Pensando nas representações sociais difundidas pela mídia, é ímpar reconhecer como a “fala do crime” se encontra com o senso comum e com as manifestações populares sobre crime e violência, contribuindo, dessa forma, para a proliferação da violência num contexto de crítica às instituições de controle da lei e da ordem, por um lado, ou pela legitimação de reações privadas ou ilegais, por outro.

A fala do crime — ou seja, todos os tipos de conversas, comentários, narrativas, piadas, debates e brincadeiras que tem o crime e o medo como tema — é contagiante [...]. A fala do crime é também fragmentada e repetitiva. Elas surgem nas mais variadas interações, pontuando-as, repetindo a mesma história ou variações da mesma história, comumente usando apenas alguns recursos narrativos [...]. A fala do crime alimenta um círculo em que o medo é trabalhado e reproduzido, e no qual a violência é a um só tempo combatida e ampliada. (CALDEIRA, 2000, p. 27)

Importa ressaltar que, independente de falsas ou verdadeiras, essas ideias constituem o imaginário popular e influenciam, assim, as condutas sociais. Como argumenta Porto (2009, p. 215), “ditados, provérbios, valores e crenças inseridos nessas afirmações formam o conteúdo por excelência do que chamamos representações”. Além disso, “afirma-se a relevância de centrar o foco da compreensão nos indivíduos, sem desconhecer que eles não pairam no ar: movem-se e movem suas práticas sociais em contextos específicos”. (PORTO, 2010, p. 84). Este contexto específico, em nosso caso, pode ser traduzido como a fronteira propriamente dita, que também pode ser analisada em sua dupla dimensão: ela mesma como representação social, e como território onde a violência se manifesta de maneira concreta e objetiva.

Ao refletir sobre as razões pelas quais a maioria das imagens sobre a fronteira aponta para uma estreita relação entre fronteira e violência, Goettert (2013, p. 18) argumenta que essas imagens não têm origem recente.

A análise de um conjunto de construções históricas tende a apontar que essa ideologia resulta de camadas superpostas de relações projetadas sobre a fronteira, desde a construção de representações e imagens no processo de expansão territorial, demográfica e econômica a partir dos séculos XVII e XVIII, passando pelo território dos ‘coronéis e bandidos’, entre o último quartel do século XIX e primeira metade do século XX, à produção de imagens (como as cartográficas) e informações midiáticas nas últimas décadas do século XX e início do XXI.

Assim, cabe ressaltar não apenas a importância das diferentes representações da fronteira, mas também das representações da violência na fronteira e, dentre essas, aquelas (re)produzidas pela imprensa local. Nesse sentido, destacamos o estudo de Kleinschmitt (2016) que,

ao analisar as representações das letalidades na Tríplice Fronteira e de buscar entender como essas representações influenciam na formulação das políticas de controle e como são percebidas pelos moradores das periferias, ressalta que muitos dados produzidos pela polícia geralmente são publicados pelos jornais sem possibilidade de debates ou críticas.

Os representantes das forças culturais dominantes da Tríplice Fronteira produzem e reproduzem notícias interessadas. A forma como se produz a notícia, sem análise crítica de especialistas e com meras reproduções factuais, contribui para a construção de um imaginário local que relaciona as mortes violentas à fronteira e à dinâmica das práticas ilícitas de caráter transnacional, no caso brasileiro. Disso resulta a representação de que o tráfico, o contrabando e o descamiinho — vindos do Paraguai — geram os acertos de contas e as disputas por portos, elevando as taxas de letalidades de Foz do Iguaçu. (KLEINSCHMITT, 2016, p. 108).

Albuquerque também apresenta a fronteira do Brasil com o Paraguai de um modo menos dualista, tendo como horizonte a vivência cotidiana dos atores, o hibridismo linguístico e a metamorfose de identidades como exemplos.

A região das fronteiras brasiguaias é um espaço social singular, difícil de ser compreendido a partir dos lugares centrais da nação brasileira e paraguaia. As fronteiras dessa experiência migratória são fluxos, mas também obstáculos, misturas e separações, integrações e conflitos, domínios e subordinações. Dessa forma, há uma disputa e uma confluência de nacionalidades nesse território fronteiriço onde se configuram novas frentes de expansão capitalista e migrações fronteiriças produtoras de identidades, alteridades, diferenças, hibridismos, conflito e integração no campo de poder das fronteiras econômicas, políticas, culturais e linguísticas (ALBUQUERQUE, 2010, p. 588)

Em estudo sobre o perfil de adolescentes vítimas de homicídios em

Foz do Iguaçu, Cardin (2013b, p. 155) também aponta que “as dinâmicas próprias de uma fronteira desigual fomentam um contexto fundamental no entendimento da violência”. Ao mesmo tempo, o autor constatou em suas pesquisas que os próprios familiares de jovens vítimas de homicídios não consideram a desigualdade socioeconômica um fator determinante da violência, o que aponta para a diversidade de representações da violência em regiões de fronteira.

Quando os entrevistados foram indagados sobre o que poderia ter sido feito para evitar o ocorrido nenhum dos depoentes assinalaram para o aumento ou melhoria na segurança pública, muito menos para questões vinculadas ao mercado de trabalho e ao modelo de desenvolvimento econômico adotado na região. De modo geral, as respostas se amarram a três questões: 1) a vítima deveria ter mudado algum aspecto de sua conduta, como, por exemplo, voltado a estudar, a trabalhar, parar de beber, usar drogas, etc.; 2) a vítima deveria escutar mais sua família e responsáveis ou ter ficado mais tempo em casa e; 3) ter ficado em sua cidade de origem ou ter ido embora de Foz do Iguaçu. (CARDIN, 2013b, p. 170)

Compreender a base das representações sociais da violência em regiões de fronteira também tem se constituído no principal objetivo de nossas pesquisas, incluindo a pesquisa mais recente que tem como finalidade contrastar essas representações nas regiões da Grande Dourados e do Oeste Paranaense. Assim, cabe destacar, ainda que brevemente, algumas características e percepções dessas duas regiões como territórios de práticas e de representações da violência.

Percepções da fronteira entre o legal e o ilegal

No que se refere ao contraste entre a Grande Dourados e o Oeste Paranaense como regiões de fronteira, destaca-se, inicialmente, a necessidade em considerar como as questões relacionadas à violência

articulam-se em torno dos “problemas” característicos dessas duas regiões: a existência de um mercado informal e diversas formas de “ilegalismos”, os chamados crimes comuns, a forte presença do agonegocio e dos povos indígenas, e os conflitos daí advindos que não raramente desembocam em demandas para o sistema de justiça e de segurança.

Ao buscar caracterizar a dinâmica geral da fronteira no Estado do Paraná, afirma-se no relatório da pesquisa sobre “Segurança Pública nas Fronteiras” (NEVES *et al.*, 2016) que há diferenças significativas entre as regiões de fronteira desse Estado com o Paraguai (oeste paranaense) e com a Argentina (sudoeste paranaense), havendo questões comuns aos municípios de cada uma dessas regiões, ou seja, enquanto o sudoeste do Paraná se assemelha às características da fronteira do Estado de Santa Catarina, que também linda com Argentina, o restante da fronteira apresenta características similares com o sul do Mato Grosso do Sul, que também faz fronteira com o Paraguai. Neste sentido, sugere-se que as regiões de fronteira da Grande Dourados e do Oeste Paranaense estariam próximas não apenas em termos geográficos, mas também em termos das representações da fronteira como “espaços problemáticos”.

A fronteira com o Paraguai é, em diversos sentidos, interpretada como um problema, tanto pelos moradores quanto pelos representantes das instituições pesquisadas, ao passo que a fronteira com a Argentina é concebida como positiva. Alta incidência de crimes, enfraquecimento do comércio local e sobrecarga dos serviços públicos são os principais efeitos negativos atribuídos à fronteira com o Paraguai, por onde ingressariam ilegalmente drogas, armas e produtos contrabandeados no Brasil, principalmente eletroeletrônicos e cigarros. (NEVES *et al.*, 2016, p. 30)

Tais proximidades entre as duas regiões de fronteira justificam a

necessidade de estudos comparativos, sobretudo se considerarmos, na perspectiva da circulação e fluxos de pessoas e de mercadorias, a relevância ou não de as duas fronteiras estarem situadas geograficamente em diferentes estados da Federação e, dessa forma, submetidas a diferentes identidades culturais e a diferentes controles por parte das forças de segurança locais. Em ambos os casos, portanto, é importante articular os “problemas” característicos da fronteira às questões da diversidade, da identidade e das políticas públicas de segurança pensadas e desenvolvidas em cada uma das regiões, bem como de que forma a atuação das respectivas imprensas locais tem fomentado as representações sociais da violência e da criminalidade nessas fronteiras.

A Grande Dourados está localizada no sul de Mato Grosso do Sul, estado que abriga uma população de aproximadamente 2,5 milhões de habitantes (IBGE, 2012), distribuídos entre 79 municípios. Destes, 44 encontram-se localizados dentro do espaço definido como “faixa de fronteira”, território que se estende da linha divisória com o Paraguai e a Bolívia até 150 quilômetros para o interior do estado. Destaca-se que praticamente metade da população do Mato Grosso do Sul vive na faixa de fronteira. Sobre a relação com os países vizinhos, de acordo com a pesquisa sobre “Segurança Públicas nas Fronteiras” (NEVES *et al*, 2016) essa relação é representada como bastante integrada, podendo-se até falar em uma “cultura de fronteira”.

Especialmente em cidades gêmeas ou núcleos urbanos da linha de fronteira, muitos brasileiros trabalham ou chegam mesmo a residir nos países vizinhos, sendo importantes as dinâmicas sociais que atravessam os limites internacionais e colocam os brasileiros e paraguaios ou bolivianos em convívio constante, compartilhando os mesmos espaços de lazer, igrejas, escolas etc. (NEVES *et al*, p. 165-166)

Dentro do Estado de Mato Grosso do Sul a região da Grande Dourados se destaca como produtora de grãos destinados à exportação e fortalecimento do agronegócio. Também tem sido palco, mais recentemente, da expansão do plantio da cana de açúcar, com instalação de usinas em vários municípios da região. A configuração desse modelo socioeconômico não ocorre de modo harmônico, mas é marcada por conflitos e exclusões que incidem sobre os sistemas de justiça e segurança pública. Dourados é a segunda maior cidade do Estado, e encontra-se a cerca de 120 km do Paraguai, sendo o principal centro urbano da região sudoeste do estado.

Na percepção dos entrevistados na pesquisa “Segurança Pública nas Fronteiras” (NEVES *et al*, 2016), Dourados foi considerado como “bastante impactado pela proximidade com a fronteira, apresentando características únicas de criminalidade se comparadas com outros municípios que não estão em faixa de fronteira”. Além disso, os entrevistados concordaram, em sua maioria, que a posse de arma de fogo em Dourados é mais frequente do que em outros municípios, e apontaram como problemas o contrabando, o tráfico de drogas e de armas, além de “exploração sexual infanto-juvenil, imigração ilegal, crimes ambientais e disputa por terras”. Já no que se refere à relação entre economia e “ilegalismos”, a maioria dos entrevistados discordou que atividades ilícitas dinamizem a economia do município, embora não tenha havido consenso entre os entrevistados no que se refere às vantagens ou desvantagens econômicas por estar próxima da fronteira, ou seja, alguns acreditam ser positiva essa proximidade e justificam que a fronteira atrai pessoas e movimentam o comércio, e outros argumentam ser negativas uma vez que os preços menores do país vizinho dificultam a competitividade do comércio local. (NEVES *et al.*, p. 252)

No que se refere à segurança pública, Dourados é considerada

como cidade estratégica e concentra a grande maioria das instituições de justiça e de segurança da região. Por exemplo, apenas em Dourados existem delegacias especializadas como a Delegacia de Defesa da Mulher e a Delegacia da Infância e Juventude, assim como é o único que possui uma Delegacia Especializada em Operações de Fronteira (DEFRON) que atua em parceria com as demais forças policiais, especialmente o Departamento de Operações de Fronteira (DOF)⁴. Também há na região uma unidade da Força Nacional que atua principalmente nas comunidades indígenas.

Dentro do objetivo de melhor qualificar os indicadores de violência na região⁵, há que se destacar, ainda, a situação dos povos indígenas. Com efeito, Mato Grosso do Sul tem sido destaque há vários anos como o primeiro no *ranking* com maior número de homicídios contra indígenas. Uma das hipóteses para a violência contra essa população na região é que, além dos conflitos pela demarcação de terra, a invisibilidade desses povos contribui, também, para uma menor sensibilidade em reconhecer a gravidade dessa violência, tanto pela população quanto pelas autoridades locais, o que sugere atenção especial para a importância das representações sociais dos próprios indígenas, na medida em que elas podem contribuir para alimentar, ou pelo menos justificar, as violências físicas e simbólicas praticadas contra os mesmos⁶.

4. O Departamento de Operações da Fronteira (DOF) é uma experiência de integração entre as polícias civil e militar que, para muitos, constitui a primeira experiência concreta de integração das duas polícias no Brasil.

5. Segundo dados do Mapa da Violência 2016, Mato Grosso do Sul registrou aumento de 12,4% de homicídios por arma de fogo entre os anos de 2013 (314) e 2014. (353).

6. Mato Grosso do Sul apresenta uma das maiores populações indígenas do País e uma parcela considerável reside na faixa de fronteira, sendo as etnias mais presentes os Guarani, Kaiowá, Nhandeva e Terena, que se encontram confinados em reservas com grande concentração demográfica, o que prejudica seus modos tradi-

O Estado do Paraná tem população estimada em mais de 10,4 milhões de habitantes, distribuídos em 399 municípios e, dentre estes, 139 estão localizados na faixa de fronteira, o que representa 34,84% do território estadual. Dos municípios fronteiriços, 19 estão situados na linha de fronteira. De acordo com a pesquisa sobre “Segurança Pública nas Fronteiras” (NEVES *et al.*, p. 30), “de modo geral, a relação entre brasileiros, paraguaios e argentinos é vista como cordial e colaborativa”, mas especialmente nos municípios da região de fronteira com o Paraguai as queixas são mais frequentes acerca da “baixa competitividade dos produtos brasileiros, o que atrapalharia o desenvolvimento do comércio local”. Da mesma forma, a caracterização da criminalidade e da violência nas regiões de fronteira apresenta “certa heterogeneidade” dependendo do país com o qual limitam as diferentes regiões. Ou seja, “os municípios da faixa de fronteira com o Paraguai tendem a apresentar maior incidência de crimes e sensação de insegurança do que aqueles da faixa de fronteira com a Argentina”. Além disso, o tipo de fronteira — seca ou fluvial — e a existência ou não de vias de ligação (rodovias e pontes) também influenciam na criminalidade local. (NEVES *et al.*, p. 31-32)

Outro aspecto registrado pela pesquisa sobre a fronteira do Estado do Paraná, e que a aproxima das regiões de fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul, é relativo às condições de vida das populações indígenas, especialmente as de etnia guarani. Ou seja, “a escassa disponibilidade de terras impede que as comunidades indígenas, caracterizadas por uma mobilidade itinerante por meio dos países que

onais de organização. Estima-se que vivem no Estado cerca de 77 mil indígenas que ocupam uma área de aproximadamente 140 mil hectares. Cidades como Amambai, Dourados, Aquidauana e Miranda se destacam por abrigarem grandes contingentes indígenas, mas outros municípios da faixa de fronteira possuem percentuais ainda mais expressivos, como em Japorã onde 50% de sua população se autodeclara indígena; ou Paranhos com 36% e Tacuru com 35%. (NEVES, *et. al.*, 2016).

constituem a Tríplice Fronteira, possam subsistir por intermédio dos recursos que tradicionalmente dispunham”. (NEVES *et al.*, p. 31)

O Oeste Paranaense é uma das 10 mesorregiões do estado do Paraná, formada pela união de aproximadamente 50 municípios agrupados em três microrregiões: Cascavel⁷, Foz do Iguaçu e Toledo. Destaca-se que somente as mesorregiões Oeste e Sudoeste têm todos os municípios localizados na faixa de fronteira do Paraná. Tendo em vista a grande quantidade de pesquisas sobre Foz do Iguaçu⁸, nossa

7. **Cascavel** se destaca pela posição estratégica tanto no Oeste Paranaense quanto no Estado do Paraná. Para Rocha (2013, 2013, p. 27), “conforme a legislação estabelecida sobre a faixa de fronteira e sua extensão espacial, percebe-se que o município unificador desses diferentes espaços está no polo de Cascavel que devido a sua infraestrutura possibilita a aproximação das diversidades e serviços, seja em busca de qualidades médicas, nas vias de transporte de produção ou nos ofícios oferecidos pela maior cidade da região, já que está no cento de entroncamento que liga a região sul, o Mercosul e a faixa de fronteira com o restante do Brasil”. Ainda que as taxas de homicídios tenham caído nos últimos anos em Cascavel, ela já figurou entre os municípios mais violentos do Brasil, e ainda está entre as cidades com maior taxa de letalidade do Paraná, já que teve crescimento sucessivo nessas taxas desde 2003. Em 2012, ano mais violento da história da cidade, 128 pessoas foram mortas por arma de fogo.

8. Vários estudos apontam que a partir de 2007 ocorreu diminuição constante e significativa das taxas de letalidades em **Foz do Iguaçu**, devido às intensas políticas de controle das atividades ilícitas na região, tanto pelas forças federais quanto pelo governo do Estado, iniciadas no ano 2004. Cardin (2011) relata as transformações ocorridas dentro do circuito sacoleiro após a implantação das políticas de controle nos anos 2000, como o desaparecimento do cigarreiro, mas enfatiza que o controle fortaleceu outras práticas, como a dos barqueiros e laranjas, ou seja, “[...] a base de sustentação desse tipo de negócio não é a ausência de lei ou de controle, mas as diferenças econômicas e políticas intrínsecas aos países limítrofes” (CARDIN, 2011, p. 127). KLEINSCHMITT também afirma que não se pode concordar totalmente com a explicação corrente de que simplesmente houve uma migração do crime para outros municípios, “pois as mortes não diminuíram em Foz do Iguaçu de forma proporcional ao aumento das taxas em outros municípios fronteiriços, mas ocorreu um significativo aumento dessas taxas no espaço, em um processo de difusão da violência que não se limitou ao lado brasileiro”. Ao mesmo tempo, a autora diz ser preciso concordar com Cardin (2013b), “quando atribui à migração dos grupos que atuavam no circuito sacoleiro e no circuito vinculado ao narcotráfico para outros municípios fronteiriços”. (KLEINSCHMITT, 2016, p. 132).

pesquisa tem se dedicado à análise das representações da violência pela imprensa a partir da microrregião de Toledo, que possui população estimada em 402.056 habitantes e está dividida em 21 municípios⁹, entre os quais Guaíra, que lida tanto com o Paraguai quanto com o Mato Grosso do Sul.

No que refere especificamente ao município de Toledo, o mesmo tem população de 132.077 e é reconhecido, assim como Dourados, pelo potencial no agronegócio, ocupando o 1º lugar em PIB agropecuário do Paraná e da região Sul, e 11º lugar no País. Toledo está localizado a 105 km de Guaíra e a 140 km de Foz do Iguaçu, portanto dentro dos limites considerados como faixa de fronteira. Tem, como Dourados, características de cidade-polo pela qual circulam pessoas de dezenas de outros municípios menores também situados na faixa de fronteira. E assim como Dourados é um polo universitário e, junto com Foz do Iguaçu, é considerado centro geoeconômico gerador de mão-de-obra, empregos e tecnologia de produção e comercialização. (ROCHA, 2013, p. 64)¹⁰.

Pela sua condição de município localizado na linha de fronteira, Guaíra também se constitui numa cidade importante do Oeste Paranaense e foi incluída em nossa pesquisa, pois limita com o município de Mundo Novo, do Estado do Mato Grosso do Sul, ao qual está li-

9. Assis Chateaubriand, Diamante d'Oeste, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Guaíra, Iracema do Oeste, Jesuítas, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Mercedes, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Santa Helena, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo, Tupãssi.

10. Toledo também é considerado estratégico para a segurança pública. Essa foi, inclusive, a justificativa para sua escolha como sede, em 2014, do 2º encontro do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGI-Fron). De acordo com informações disponíveis no *site* da Prefeitura Municipal de Toledo, as propostas de ações para segurança pública na fronteira discutidas nesse encontro deveriam ser executadas nos municípios com maiores índices de criminalidade em cada Área Integrada de Segurança Pública (AISP), sendo Toledo o 6º município-chave da AISP.

gado pela Ponte Ayrton Senna que atravessa o Rio Paraná, e com o Lago de Itaipu, em cuja margem oposta encontra-se a cidade paraguaia de Salto del Guairá. Houve consenso entre os entrevistados na pesquisa sobre “Segurança Pública nas Fronteiras” (NEVES *et al.*, 2016) quanto à afirmativa de que o município de Guaíra tem características únicas de criminalidade por estar na fronteira, o que “estaria associado à circulação de pessoas e mercadorias, principalmente ilegais, e à configuração de relações de rentabilidade em torno de tais atividades, que podem gerar atritos”. Além disso, alguns entrevistados “reconheceram que Guaíra é conhecida pelo alto grau de violência, no entanto, esta violência estaria aparentemente restrita ao acerto de contas entre os envolvidos nas redes dos mercados ilegais, não afetando as rotinas dos moradores”. E embora ilícito, “o contrabando é entendido como uma opção de trabalho, diante da escassez de empregos que atinge principalmente a população jovem”. (NEVES *et al.*, p. 76-78)

Destaca-se, finalmente, a questão indígena na percepção dos moradores de Guaíra. Todos os entrevistados apontaram a existência de conflitos envolvendo indígenas e argumentaram que os “índios estariam promovendo ocupações em propriedades de fazendeiros locais e reclamando a posse das terras”. Para um entrevistado, ao contrário de outros municípios, “os índios que chegaram a Guaíra não seriam originários da região, mas grande parte seria proveniente do Paraguai e estariam se inspirando no Movimento Sem-Terra para invadir propriedades”. Assim, o relatório registra que “a disputa por terras entre fazendeiros e indígenas tem gerado muita tensão no município, e as instâncias governamentais não estão conseguindo apresentar soluções para o problema”. Tais conflitos, como se tem verificado, têm resultado em crimes de homicídio contra os indígenas. Do lado paraguaio,

de acordo com o relatório, “acredita-se que terras indígenas sejam utilizadas para o plantio de maconha. Esta produção é sustentada com trabalho escravo e/ou em regimes de pobreza extrema”. (NEVES *et al.*, p. 83)

Representações do crime e da violência na imprensa local

Com relação às notícias veiculadas pela imprensa local nas duas regiões de fronteira estudadas, optamos pelos portais de notícias que circulam a partir dos municípios de Dourados, Guáira e Toledo, e que tivessem seções de “polícia” ou de “segurança”. Como normalmente as notícias se repetem, foram levantadas notícias em quatro portais: *O Progresso* e *Dourados News* na Grande Dourados, e *Radar BO* e *Portal Guáira* no Oeste Paranaense¹¹.

O levantamento dos títulos das notícias foi realizado diariamente no período de 12 de junho a 05 de outubro de 2017. Mesmo considerando que o período de levantamento foi próximo para os quatro portais, o total de notícias variou entre eles, sendo o *Dourados News* o que mais divulgou notícias sobre crime e violência nesse período, num total de 651; e *O Progresso* foi o que menos publicou essas notícias,

11. A escolha desses portais se justifica pelas seguintes razões: na região da Grande Dourados circulam dois jornais mais antigos em versões impressas e também *online*, quais sejam: *O Progresso* e *Diário MS*, bem como inúmeros sites de notícias que circulam apenas em versão digital. Assim, para a pesquisa escolhemos um desses jornais mais tradicionais — *O Progresso* — e um dos sites de notícias considerado pelos jornalistas como de maior acesso, o *Dourados News*. No Oeste Paranaense a intenção foi selecionar um site de notícias que circula a partir de Toledo, o *Radar BO*, uma vez que nosso recorte territorial se deu a partir da microrregião de Toledo, e um jornal que circula a partir de Guaira, no caso o *Portal Guaira*, não apenas pelo fato desse município integrar a microrregião de Toledo mas também, e sobretudo, por estar localizado no limite da fronteira com o Paraguai e com o Estado de Mato Grosso do Sul.

num total de 404. Quanto aos jornais do Oeste Paranaense, o período e total de notícias levantadas foram praticamente iguais, com 604 notícias para o *Radar BO* e 597 notícias para o *Portal Guaira*. Considerando os quatro jornais, portanto, registramos 2.256 títulos de notícias, que foram distribuídos em três categorias de crimes/ocorrências e analisados em termos da frequência de palavras-chaves previamente selecionadas.

Sobre a classificação dos crimes/ocorrências¹², os títulos das notícias foram distribuídos em três categorias: aqueles marcados pela presença do chamado “crime organizado”, em suas conexões com o tráfico de drogas, de armas e contrabando; as ocorrências relativas aos chamados “crimes comuns”; e as práticas de crime e violência envolvendo os povos indígenas.

Destaca-se que as ocorrências classificadas como “crimes comuns” representaram a maioria dos títulos das notícias veiculadas em todos os jornais pesquisados, ou seja, 66,9% no total. A frequência desse tipo de ocorrência em cada jornal ficou assim distribuída: 78% em *O Progresso*, 65,4% no *Dourados News*, 69,7% em *Radar BO* e 58,1% no *Portal Guaira*. Nessa categoria de “crimes comuns” incluem-se desde os delitos mais graves como homicídios, até os crimes de lesão corporal considerados “leves”, além de roubos, furtos

12. Essa divisão está parcialmente fundamentada na classificação de Adorno (2002a), na qual o autor destaca três dimensões do comportamento violento na contemporaneidade. O primeiro grupo se refere ao **crime organizado**, principalmente o relacionado aos sequestros e ao tráfico de drogas; o segundo é o bloco que envolve **ameaças aos direitos humanos** como linchamentos, extermínios e violência policial; e o terceiro refere-se aos crimes praticados nas **relações interpessoais**, como nas brigas de vizinhos e de casais. Assim, nossa classificação contempla, em parte, os três grupos apontados pelo autor, ainda que a violação de direitos humanos e a violência policial não estejam totalmente contempladas. Nesse caso, apenas as ocorrências envolvendo indígenas foram incluídas nesse último grupo, estando os demais crimes diluídos nas categorias de “crimes comuns”.

e assaltos. Incluem-se, ainda, os chamados conflitos interpessoais e intersubjetivos¹³.

Vale ressaltar, contudo, os limites dessa distinção entre “crimes comuns” e “crime organizado” para pensar a violência em regiões de fronteira. Ou seja, muitas vezes esses crimes podem estar interligados por redes complexas de sociabilidades marcadas pela violência. Com efeito, é possível que roubos e furtos, em geral caracterizados como “crimes comuns”, sejam praticados por pessoas que estejam a serviço do tráfico, seja na condição de “soldados” ou de “escravos”, situação que caracteriza muitos dependentes de droga. Como afirmam Barreira e Adorno (2010, p. 337) acerca da criminalidade urbana, “alguns jovens se convertem em pequenos traficantes para sustentação de seu consumo. Não raro, produzem dívidas, quase impagáveis, gerando escravidão urbana”.

Embora os autores estejam se referindo aos grandes centros urbanos, contata-se que essa realidade atinge cada vez mais outras regiões do País, incluindo as regiões de fronteira. Assim, é preciso ampliar as representações de fronteira para além daquela que a define unicamente como “porta de entrada” de drogas, de armas e de mercadorias ilegais. De qualquer forma, consideramos importante diferenciar os dois tipos de crime nessa primeira abordagem, uma vez que as políti-

13. Adorno ressalta esse tipo de conflitualidade provocado por tensões nas relações interpessoais: “Trata-se de um infindável número de situações, em geral envolvendo conflitos entre pessoas conhecidas, cujo desfecho acaba, muitas vezes até acidental e inesperadamente, na morte de um dos contendores. Compreendem conflitos entre companheiros e suas companheiras, entre parentes, entre vizinhos, entre amigos, entre colegas de trabalho, entre conhecidos que frequentam os mesmos espaços de lazer, entre pessoas que se cruzam diariamente nas vias públicas, entre patrões e empregados, entre comerciantes e seus clientes. Resultam, em não poucas circunstâncias, de desentendimentos variados acerca da posse ou propriedade de algum bem, acerca de paixões não correspondidas, acerca de compromissos não saldados, acerca de reciprocidades rompidas, acerca de expectativas não preenchidas”. (ADORNO, 2002b, p. 318).

cas públicas de segurança nas fronteiras focam, em geral, nos crimes relacionados ao tráfico e ao contrabando, e assim é necessário entender como a imprensa retrata essas ocorrências, dando ou não ênfase à dimensão da fronteira.

Ainda dentro da categoria “crimes comuns”, ressalta-se a grande quantidade de notícias sobre “recuperação de veículos roubados”, identificada apenas nos dois jornais do Oeste Paranaense, ou seja, essas ocorrências representaram 12,5% dos títulos das notícias publicadas no *Radar BO* e 8% no Portal Guáira. Assim, o que pode indicar, em princípio, uma questão menos relevante, ou apenas uma constatação de que os jornais estão cumprindo sua função de informar, também pode ser interpretado como uma forte relação entre a imprensa e os órgãos policiais, no sentido de que é preciso dar ênfase ao trabalho da polícia e demonstrar que as forças de segurança nessas regiões estão atuando de maneira eficaz. Além disso, destaca-se que o roubo de carro representa um “crime contra a propriedade” que, em contraste com o “crime contra a vida”, muitas vezes aparece com maior destaque na imprensa local. Isso se torna importante quando se constata, por exemplo, que ocorrências como as que envolvem violência contra os povos indígenas parecem não gozar desse mesmo destaque nas notícias desses jornais.

Com efeito, as ocorrências que citaram indígenas nos títulos das notícias representaram apenas 1,2% do total, estando assim distribuídas: 2,7% em *O Progresso*, 2,1% no *Dourados* e 0,3% no *Portal Guáira*. Não foi identificada nenhuma menção aos indígenas nos títulos das notícias publicadas pelo *Radar BO* nesse período. Considerando a situação de vulnerabilidade de indígenas nas duas regiões, constata-se que sua invisibilidade ainda é notória. Além disso, de acordo com o relatório “Segurança Pública nas Fronteiras” (NEVES

et al., 2016, p. 31), os indígenas da Tríplice Fronteira, principalmente do lado paraguaio, vivem situações de “prisões por envolvimento com atividades delitivas de contrabando e transporte de drogas ilegais”. Na região da Grande Dourados a situação não é diferente, ou seja, as ocorrências envolvendo crimes, violências e suicídios nas aldeias da região são frequentes. Contudo, quando se observa os títulos das notícias nos jornais pesquisados verifica-se que a frequência de ocorrências divulgadas envolvendo os povos indígenas também é baixa quando comparada às demais ocorrências.

No que se refere à categoria “crime organizado”, que incluiu as ocorrências de tráfico de drogas, de armas e contrabando, as mesmas representaram 31,9% dos títulos das notícias selecionadas em todos os jornais. Essas notícias representaram os seguintes percentuais em cada jornal: 19,3% em *O Progresso*, 32,5% no *Dourados News*, 30,3% em *Radar BO* e 41,5% no *Portal Guáira*. Em termos comparativos, portanto, constata-se que *O Progresso* foi o jornal que mais deu ênfase aos “crimes comuns” (77,8%), enquanto que o *Portal Guáira* foi o que mais noticiou crimes relacionados ao tráfico e ao contrabando (41,5%). Nos outros jornais os índices estão próximos para ambos os tipos de ocorrência. Em todos os jornais, contudo, os “crimes comuns” estão presentes na maioria das notícias, e as notícias que envolvem povos indígenas são muito pouco representativas em todos os jornais.

Além da classificação em categorias de crime/ocorrência, também inferimos a frequência de palavras-chave nos títulos das notícias selecionadas. A escolha dessas palavras se deu a partir de uma leitura prévia de todos os títulos, na qual foi possível identificar a maior ou menor frequência de termos que remetem às representações de crime e violência, além de palavras que sugerem ocorrências identificadas

com a fronteira e que apontam para a questão da diferença, da diversidade e dos estereótipos. Assim, chegamos a um total de 28 palavras-chave, que foram consideradas também em suas derivações ou palavras com significado ou sentido próximo¹⁴.

A primeira constatação a partir da frequência de palavras-chave foi com relação à palavra “carro” e seus derivados, pois a mesma foi a que mais apareceu no quadro de palavras-chave, ou seja, 277 vezes, ocupando o 1º lugar nesse *ranking* em *O Progresso* e no *Radar BO*, e o 2º e 3º lugares no *Portal Guaira* e no *Dourados News*, respectivamente. Algo similar ocorreu em relação à palavra “moto” ou “motocicleta”, que também esteve entre as mais citadas (115 vezes) e ocupou o 8º ou 9º lugares nos quatro jornais. Destaque, no caso dos “veículos”, para os jornais do Oeste Paranaense, onde a palavra aparece com uma frequência bastante superior aos demais.

Na sequência de palavras com maior frequência, em segundo lugar está a palavra “maconha”, que apareceu 275 vezes no conjunto de todos os títulos. Ela ocupou o primeiro lugar do *ranking* nos jornais *Dourados News* e *Portal Guaira*, e o 3º e 6º lugares, respectivamente, em *O Progresso* e no *Radar BO*. A alta incidência da palavra “maconha” contrasta com a baixa incidência das palavras “cocaína” (45 vezes), “crack” (19 vezes) e “haxixe” (4 vezes). Com relação à palavra “droga”, a frequência também não foi tão alta como a da palavra “maconha”, mas apresenta uma incidência importante e uniforme em todos os jornais, aparecendo 128 vezes no conjunto total dos títulos,

14. As palavras-chave foram as seguintes, em ordem alfabética: “adolescente/menor”; “agrotóxico”; “arma/arma de fogo/tiro”; “assalto/assaltante”; “bandido”; “carro/veículo/caminhão”; “cigarro”; “cocaína”; “contrabando”; “crack”; “criança/menino(a)”; “droga(s)”; “estupro/estuprador”; “faca/facada/facão”; “fronteira(s)”; “furto”; “haxixe”; “homicídio/assassinato/execução”; “idoso(a)”; “índio/indígena/aldeia”; “linchamento”; “maconha”; “marido/esposa/ namorado(a)”; “moto/motocicleta”; “mulher”; “roubo”; “suicídio”; “tráfico/traficante”.

ocupando o 7º lugar no *ranking* geral e os primeiros lugares nos jornais *Dourados News* e *Radar BO*. No mesmo sentido tem-se a palavra “tráfico”, que aparece 81 vezes entre as notícias, ocupando a 12ª posição na classificação geral.

Sobre a palavra “contrabando”, a mesma apareceu 106 vezes, e ocupou a 10ª posição no *ranking* geral, estando, portanto, entre as mais frequentes. Há variações, contudo, quando se comparam os jornais, pois a frequência dessa palavra é mais alta nos jornais do Oeste Paranaense, especialmente no *Portal Guaira* onde ela apareceu 62 vezes e ocupou o 3º lugar, um pouco diferente do *Radar BO* onde ela apareceu apenas 24 vezes e ocupou a 11ª posição. O contraste, contudo, é maior em relação aos jornais da Grande Dourados, uma vez que a palavra “contrabando” apareceu 16 vezes no *Dourados News* e apenas 4 vezes em *O Progresso*, ocupando, respectivamente, as 16ª e 25ª posições nesses jornais.

Algo semelhante ocorreu com a palavra “cigarro”, que apareceu 83 vezes e ocupou a 11ª posição no geral, logo atrás da palavra “contrabando”. Entretanto, da mesma forma que a palavra “contrabando” a frequência em que a palavra “cigarro” aparece permite o contraste entre os jornais das duas regiões: 46 vezes no *Portal Guaira* e 25 vezes no *Radar BO* (6º e 10º lugares, respectivamente). Em contraste, apareceu apenas 4 vezes em *O Progresso* e 8 vezes no *Dourados News*, ocupando os últimos lugares no *ranking* desses jornais.

No que se refere à “importação irregular de agrotóxico”, ainda que essa ação não esteja tipificada juridicamente como contrabando, incluímos a mesma na categoria de “crime organizado” por considerá-la mais próxima das atividades de contrabando e “crimes fronteiriços” do que de “crimes comuns”¹⁵. Nesse caso, contudo, houve uma baixa

15. O crime de contrabando ou descaminho está tipificado no art. 334 do Código

incidência da palavra “agrotóxico” nos títulos das notícias, ou seja, apenas 16 vezes, sendo 2 vezes em *O Progresso*, 4 vezes no *Dourados News* e 5 vezes cada nos jornais *Radar BO* e *Portal Guaira*. Se levarmos em conta que esse tipo de ocorrência é frequente nas duas regiões de fronteira, seria possível afirmar que os jornais analisados não têm dado destaque para a mesma? Se sim, porque não estariam considerando sua relevância? Seria a importação irregular de agrotóxico vista como menos grave, a exemplo do que ocorre quando se contrasta o tráfico de drogas e de armas com o contrabando de mercadorias, ressaltando a importância de “combater” o primeiro e “tolerar” o segundo? Contudo, no caso da importação irregular de agrotóxico é preciso considerar não apenas a dimensão econômica, mas também as implicações socioambientais e de saúde coletiva.

Em síntese, no que se refere ao conjunto de palavras-chave que remetem, direta ou indiretamente, à questão do tráfico e do contrabando, as palavras “maconha”, “cocaína”, “crack” e “droga”, assim como “contrabando”, “tráfico” e “cigarros”, indicam não apenas uma grande incidência de crimes envolvendo esses fenômenos, mas também o quão complexa pode ser a diferenciação entre “crime organizado” e “crimes comuns” em regiões de fronteira, especialmente em termos de representações sociais. Como afirmam Barreira e Adorno (2010),

Não é consensual entre os pesquisadores o emprego do conceito *crime organizado*. Muitos pesquisadores têm manifestado dúvidas quanto ao alcance desse conceito para explicar a natureza dos *ilegalismos* em curso na sociedade brasileira contemporânea. Suspeitam que o conceito foi forjado para dar conta de realidades muito distin-

Penal e a “importação irregular de agrotóxico” no art. 56 da Lei n.º 9.605/98. Assim, nem toda importação de mercadoria proibida configura o crime de contrabando, como no caso de agrotóxicos (GRECO, 2017).

tas, como sejam as máfias europeias, sobretudo italianas e marselhesas ou, ainda, as gangues nos Estados Unidos. De qualquer forma, é inegável reconhecer que o *crime-negócio*, para se referir a uma expressão cunhada por Zaluar, comporta características empresariais e diz respeito ao mercado de bens ilegais, cujo fluxo percorre círculos carentes de legalidade ou regulamentação. (BARREIRA e ADORNO, 2010, p. 344-345).

Assim, com possíveis conexões com o “crime organizado” estão as ocorrências que caracterizamos, também por falta de uma melhor conceituação, de “crimes comuns”. Entre esses estão “roubos”, “furtos” e “assaltos”. No que se refere às práticas designadas como “roubos” e “furtos”, ambos tiveram uma incidência alta nos títulos das notícias selecionadas. A palavra “roubo” apareceu 223 vezes no conjunto das notícias, ocupando o 3º lugar no *ranking*. E a palavra “furto” apareceu 155 vezes no total, e ocupou a 5ª posição geral. No mesmo sentido, a palavra “assalto” também apresentou uma incidência alta, aparecendo 111 vezes e ocupou a 9ª posição no *ranking*. No contraste entre os jornais, e no que se refere às palavras “assalto” e “roubo”, a frequência é similar entre os jornais pesquisados. No que se refere à palavra “furto” há um destaque para o *Radar BO*, no qual essa palavra tem uma incidência maior em relação aos outros jornais, aparecendo 98 vezes e ocupando a 2ª posição, praticamente empatada com a palavra “veículo”. No geral, também se observa, embora com algumas oscilações, que nos jornais do Oeste Paranaense a frequência das palavras “roubos” e “furtos” é maior do que nos jornais da Grande Dourados.

Como destacado antes, é possível que furtos, roubos e assaltos tenham relação também com o chamado “crime organizado”, especialmente os relacionados ao tráfico. No que se refere aos homicídios e a (posse de) armas de fogo não parece ser diferente, pois é possível

que também estejam associados — talvez em um grau até maior do que os demais — ao tráfico de drogas e de armas. No que se refere, portanto, à palavra “arma” (incluindo as palavras “arma de fogo” e “tiro”), essa também teve uma grande incidência nos títulos das notícias, ou seja, apareceu 169 vezes e ocupou o 4º lugar no *ranking*, e não há, nesse caso, grandes oscilações entre os jornais¹⁶. Já no que se refere à palavra “homicídio”, que também incluiu as palavras “assassinato” e “execução”, a incidência foi menor se comparado com a palavra “arma”, pois apareceu 59 vezes e ocupou o 16º lugar no *ranking*. Nesse caso, ao contrário dos anteriores, a incidência foi maior nos jornais da Grande Dourados. Ou seja, ainda que as notícias não reflitam necessariamente os indicadores de homicídio, podendo inclusive deturpá-los, em termos das representações presentes nos títulos das notícias a alta incidência de “armas” não corresponde, no mesmo grau, à incidência de homicídios ou mortes violentas identificadas nos títulos¹⁷.

16. De acordo com o *Mapa da Violência 2016*, Cascavel, Foz do Iguaçu, Santa Helena e Santa Terezinha de Itaipu saíram da lista das 150 cidades com maiores taxas de homicídio por arma de fogo do País. Guaíra, contudo, ocupa a 52ª cidade com maior taxa de homicídios por arma de fogo (WAISELFISZ, 2016).

17. Cabe ressaltar que não discutimos nesse artigo os problemas mais diretamente relacionados à produção de notícias pela imprensa, assim como a maneira como os títulos das notícias são formulados. Contudo, registramos que não estamos ignorando a importância dessa discussão, ou seja, ainda que estejamos trabalhando com o referencial de Porto para quem “entender por que a mídia produz certas representações sobre violência ou segurança pública pode revelar-se mais pertinente do que se preocupar apenas em desmentir ou confirmar tal e qual representação” (PORTO, 2009, p. 218), o fato é que não estamos imunes aos “padrões de manipulação” da imprensa, nos termos em que argumentou Perseu Abramo (2016). Segundo esse autor, são quatro esses padrões: ocultação, fragmentação, inversão e indução. Um dos mais interessantes a ser considerado é o padrão de “inversão”, ou seja, da substituição da “versão” pelo “fato”, o que pode se dar, entre outras formas, pelo “oficialismo”: quando a versão reflete apenas o discurso oficial. Nesses casos, os fatos podem ser substituídos pelas versões oficiais. Se considerarmos que a grande maioria das notícias sobre crime e violência são repassadas aos jornais e aos jornalistas

No que diz respeito às chamadas “armas brancas”, buscamos a frequência dessa arma através da palavra “faca” e seus derivados (facão, facada), e constatamos que ela aparece 47 vezes nos títulos das notícias, ocupando a 18ª posição no *ranking*. A frequência dessa palavra nos jornais não é destoante, e sugere sua relação tanto com os “crimes comuns” como assalto, roubo e furto, quanto com os conflitos interpessoais e intersubjetivos.

Assim, outro conjunto de questões que suscitaram a escolha de palavras-chave diz respeito justamente aos crimes e conflitos de natureza interpessoal e intersubjetiva. Daí a escolha de palavras como “estupro”, “mulher”, “criança”, “adolescente”, “idoso”, “marido/esposa/namorado”, além de “linchamento”, esse último pela alusão à violência como “crueldade”, uma violência banalizada tanto na realidade quanto nas representações midiáticas. Com efeito, ao proporem novas agendas de pesquisa sobre crime e violência no Brasil, Barreira e Adorno (2010, p. 347) apontam para a emergência de um tipo de violência que tem desafiado os pesquisadores da área, ou seja, os “novos significados da violência, como a crueldade nas formas privadas de resolução de conflitos”¹⁸.

No que se refere à frequência da palavra “mulher”, destaca-se que essa também teve uma alta incidência nos títulos, aparecendo 142 ve-

tas pelas autoridades policiais é provável que a notícia apenas reproduza o discurso oficial da polícia.

18. Os autores argumentam que embora não se trate de um fenômeno exclusivo da sociedade brasileira, a violência como crueldade vem adquirindo entre nós contornos singulares. Barreira retoma esse tema em outro artigo onde discute as conexões entre violência difusa e as marcas recentes da crueldade. Adverte que se antes os crimes violentos estavam relacionados à honra e à vingança, e, portanto, tinham razões, agentes e verdades, a violência como crueldades está à “margem de um universo justificador”. O “difuso”, assim, “relaciona-se, claramente, com a possibilidade de que todos, independentemente de sexo, idade ou classe social, possam ser vítimas de práticas classificadas como violentas, presentes em diversificadas situações sociais”. (BARREIRA, 2013, p. 224).

zes e ocupando a 6ª posição no *ranking*, sem distorções substantivas nos quatro jornais. Também como uma incidência importante a palavra “estupro” apareceu 39 vezes, e embora tenha ocupado a 21ª posição no *ranking*, pelo seu significado em termos de violência de gênero consideramos esse número significativo no quadro de “crimes comuns”. Essa incidência foi maior nos jornais da Grande Dourados. No que diz respeito às palavras “marido/esposa/namorado”, a mesma apareceu 61 vezes, estando assim na 14ª posição geral, também com maior incidência nos jornais da Grande Dourados, em especial em *O Progresso* onde essas palavras ocuparam o 4º lugar. Ressalta-se, finalmente, que a alta incidência da palavra “mulher”, associada às palavras “estupro” e “marido/esposa/namorado”, pode indicar uma maior presença da mulher no “mundo do crime” ou, por outro lado, a permanência de sua condição de vítima preferencial da violência. Nesse sentido, Cardin e Albuquerque (2018) apontam como um dos desafios à construção de uma agenda de pesquisa sobre as fronteiras contemporâneas, a importância da sociologia e da antropologia de gênero¹⁹.

A agenda de pesquisa sobre gênero também chegou às regiões de fronteira no Brasil. A tradição dos estudos fronteiriços pouco problematizou as relações de gênero na produção da fronteira. Questões que envolviam as redes familiares, relações de parentescos e processos distintos de trabalhos de homens e mulheres nas regiões

19. Ao pensar a fronteira como categoria sociológica, Cardin e Albuquerque (2018, p. 124-125) propõem alguns desafios para uma agenda de pesquisa sobre fronteiras, quais sejam: a) incorporar criticamente às tradições de estudos de fronteira nas Ciências Sociais as reflexões de áreas afins como geografia, relações internacionais, história etc.; b) problematizar conceitos cristalizados da tradição sociológica como Estado, sociedade, poder, soberania, identidade, migração, capitalismo; c) observar “problemas específicos que os subcampos da sociologia lançam ao investigarem as regiões fronteiriças, tais como a sociologia da violência, a sociologia econômica, a sociologia das migrações e a sociologia/antropologia do gênero.

de fronteira não eram abordadas tendo em vista essas diferenciações e intersecções de gênero. As perguntas e inquietações postas pelos pesquisadores da área de gênero têm possibilitado inovações teóricas relevantes, pensando as diferenças e articulações de gênero, sexualidades e governo da fronteira como dispositivos de produção do espaço social das regiões fronteiriças (CARDIN e ALBUQUERQUE, 2018, p. 125).

No que refere às palavras “criança” e “adolescente”, preferimos separá-las em virtude da especificidade que os adolescentes têm quando o que está em questão são os crimes cometidos pelo que se conveniou chamar de “menor infrator”, numa alusão aos “adolescentes em conflito com a lei”. Daí, na formulação de palavras-chave, incluímos a palavra “menor” junto com “adolescente”, e ambas apareceram 66 vezes no conjunto dos títulos de todas as notícias, ocupando o 13º lugar. Nesses casos, a incidência maior foi nos jornais do Oeste Paranaense, especialmente no *Portal Guaira*. Com efeito, no Grupo Focal realizado nesse município por ocasião da pesquisa sobre “Segurança Pública nas Fronteiras” (NEVES *et al.*, 2016), os participantes argumentaram o seguinte:

Menores de idade acabam se inserindo nas redes de mercado informal, pois a legislação dificulta o seu ingresso no mercado de trabalho, ao passo que precisam contribuir com a renda familiar. Um grave problema decorrente disso é que os jovens abandonam muitas vezes a escola, pois passam as noites “bandeirando” — isto é, em prontidão para alertar os “contrabandistas” sobre uma eventual aproximação da polícia —, de modo que acabam dormindo em sala de aula e perdendo o ciclo letivo. (NEVES, *et. al.*, 2016, p. 77-78).

Com relação à palavra “criança”, à qual associamos também a palavra “menino(a)”, elas apareceram 46 vezes nos títulos das notícias, ocupando a 19ª posição e com maior incidência no *Dourados News*. Já a palavra “idoso(a)” apareceu 24 vezes, ocupando a 23ª posição no

quadro geral, com maior incidência no jornal *O Progresso*.

Além de mulheres, crianças, adolescentes e idosos, sujeitos de direito que podem ser considerados mais vulneráveis à violência, é preciso mencionar novamente os indígenas. Ainda que a condição dos povos indígenas mereça um capítulo à parte quando se discute violência e fronteiras, nesse momento cumpre registrar e reafirmar a baixa incidência das palavras “índio”, “indígena” e “aldeia” nos títulos das notícias selecionadas. Mesmo considerando a forte presença indígena nas duas regiões, os conflitos decorrentes da demarcação de terras, as condições de precariedade em que estão inseridos, os frequentes suicídios e conflitos internos no interior das aldeias, constatamos a baixa incidência de notícias envolvendo esses sujeitos de direito nos jornais pesquisados, especialmente os do Oeste Paranaense e, entre eles o *RadAR BO* que não publicou nenhuma notícia cujo título tivesse os termos “índio”, “indígena” ou “aldeia”.

Assim, a ausência dessa identificação nos títulos das notícias já seria reveladora da provável irrelevância que se confere à presença desses povos nas duas regiões. Em todos os jornais, crimes e violências envolvendo indígenas tiveram pouca incidência nos títulos, ainda que existam variações, ou seja, enquanto nos jornais da Grande Dourados aparecem 25 notícias (11 em *O Progresso* e 12 no *Dourados News*), o que representa, juntos, 4,8% do total de notícias levantadas, no caso dos jornais do Oeste Paranaense aparecem apenas duas notícias no *Portal Guaíra*, o que representa apenas 0,3% das notícias nessa região. Ademais, se considerarmos os títulos das únicas duas notícias que aparecem no *Portal Guaíra*, quais sejam, “*indígenas saqueiam carga de frango em Nova Laranjeiras*”, publicada em 03/07/2017, e “*indígenas rendem motorista e tomam ônibus durante manifestação*”, publicada em 13/08/2017, nota-se que a referência aos mesmos, quando

apareceram, foram no sentido de caracterizá-los como saqueadores e criminosos²⁰.

Para finalizar, destacamos a incidência de outras quatro palavras importantes na identificação de representações sociais que permeiam as notícias sobre crime e violência: “linchamento”, “suicídio”, “bandido” e, no caso específico de nossa pesquisa, a própria palavra “fronteira”. Sobre “linchamentos”, apesar dessas ações serem mais comuns do que se imagina no Brasil, a incidência dessa palavra nos títulos foi muito pequena, ou seja, apenas 3 vezes, uma em cada jornal, excetuando o *Radar BO*. Contudo, considerando que não há tipificação jurídica para o linchamento, sendo esse enquadrado como homicídio, é possível que assassinatos ou agressões com características que poderiam ser enquadradas como tal não o foram.

Sobre “suicídio”, a frequência dessa palavra foi um pouco maior,

20. As outras notícias que envolveram indígenas tiveram os seguintes títulos: **Dourados News:** “aldeias terão projeto para prevenir violência doméstica contra mulheres”; “presidente do STF recebe indígenas de Mato Grosso do Sul em Brasília”; “indígenas pedem policiamento durante lançamento de projeto na aldeia”; “jornalista é condenado por frase ”índio bom e índio morto””; “ministro vem a MS conhecer realidade das aldeias”; “mortes de índios devem ser debatidas em audiência pública”; “indígenas dão trégua em ocupação mas clima continua tenso”; “choque chega em área de conflito indígena”; “policiais deixam área de confronto mas indígenas permanecem no local”; “homem é espancado por indígenas após atropelamento na perimetral”; “dois homens são presos em 1 h por agressão a mulheres em Dourados”; “Supremo nega HC a fazendeiros envolvidos em conflito contra indígenas”; “Coordenadoria pede doação de materiais da cultura indígena de Dourados”. **O Progresso:** “falsa advogada é presa suspeita de aliciar indígenas”; “indígenas dizem que vão manter ocupação das áreas”; “indígenas invadem área rural e deixam proprietários feridos”; “índios da bororo saem em defesa de sitiante e impedem invasão”; “indígena diz que 97 famílias estão acampadas em sítios”; “corpos de indígenas são encontrados enterrados em fazenda”; “indígenas interditam rodovias causando congestionamento em MS contra marco temporal”; “rodovias são liberadas em MS após vitória dos indígenas sobre marco temporal”; “índios interditam MS 156 sem previsão de liberação durante manifestação nacional”; “criança douradense é encontrada em valeta na aldeia bororo após sumiço”; “mulheres kaiowa e guarani promoverão assembleia em Coronel Sapucaia”.

aparecendo 13 vezes no conjunto total dos títulos das notícias selecionadas, com uma incidência maior no jornal *Radar BO*. Contudo, se considerarmos a grande incidência de suicídios envolvendo indígenas, chama a atenção, também, o fato de que em jornais como *O Progresso*, *Dourados News e Portal Guaira* — que estão situados em municípios com bastante proximidade às aldeias indígenas — as notícias de suicídios não tenham sido registradas em maior número. E mesmo no caso do jornal *Radar BO*, destaca-se que nenhuma das notícias sobre suicídio envolveu indígenas. O contraste dessas notícias — bem como a possível ausência delas — com outras fontes de informação como o Relatório “Violência contra os povos indígenas” do CIMI pode ser ilustrativo dessa questão.

No que se refere à palavra “bandido”, a mesma apareceu 60 vezes nos títulos das notícias, com maior frequência em *O Progresso* (26 vezes). No quadro geral, ela ocupou o 15º lugar no *ranking*. Ainda que a frequência dessa palavra tenha sido menor se comparada às outras, verifica-se que ela ainda é comum na linguagem jornalística de cunho policial, apoiada, muitas vezes, por parte expressiva da população que pede cada vez mais o endurecimento das penas, traduzindo, nas palavras de Adorno, uma “obsessão punitiva crescente”. (ADORNO, 1996, p. 21). Ou seja, para além da conhecida e difundida frase “bandido bom é bandido morto”, a palavra “bandido” é reveladora de representações sociais na medida em que parte de estereótipos para caracterizar supostos criminosos, disseminando-se pelo senso comum e também em grande parte da mídia. Como nos lembra Caldeira ao definir o que caracteriza a fala do crime,

A fala do crime constrói sua reordenação simbólica do mundo elaborando preconceitos e naturalizando a percepção de certos grupos como perigosos. Ela, de modo simplista, divide o mundo entre o

bem e o mal e criminaliza certas categorias sociais. Essa criminalização simbólica é um processo social dominante e tão difundido que até as próprias vítimas dos estereótipos (os pobres, por exemplo) acabam por reproduzi-lo, ainda que ambigualmente (CALDEIRA, 2000, p. 10).

Por fim, a baixa frequência da palavra “fronteira” nos títulos das notícias também chama a atenção, pois aparece apenas 59 vezes, ocupando a 17ª posição no quadro geral das palavras-chave. Se considerarmos o universo de 2.256 títulos de notícias sobre crime e violência nesses territórios conhecidos justamente por serem regiões de fronteira, essa baixa frequência da palavra “fronteira” pode ser reveladora. O fato de a maioria das ocorrências estarem associadas aos chamados “crimes comuns” talvez ajude a entender essa baixa incidência da palavra “fronteira” nos títulos, o que sugere que, do ponto de vista dos jornais, não parece tão significativo reconhecer que mesmo os crimes comuns podem ter especificidades por estarem na fronteira. Essa hipótese, contudo, ainda precisará ser melhor aprofundada, sobretudo com a análise dos conteúdos dessas notícias. Destaca-se, ainda, que a maior incidência da palavra “fronteira” foi verificada no *Dourados News* (28 vezes), contra apenas 10 menções no *Portal Guaira*, esse último um jornal que circula a partir de um município situado na divisa entre Mato Grosso do Sul, Paraná e Paraguai, portanto um município marcadamente de fronteira.

Síntese conclusiva

Dois desafios têm se colocado, mais recentemente, à área de estudos sobre crime e violência no Brasil: compreender a violência no contexto de (re)organização dos espaços urbanos, marcados pelo mercado informal e pelo crime organizado; e os chamados “ilegalismos

de fronteira”, também considerados em suas interconexões com as questões urbanas das grandes e médias cidades. É dentro desse segundo desafio que temos realizado pesquisas sobre violência, crime e segurança pública nas fronteiras, tendo como foco principal as representações da violência nessas regiões e fundamentado na ideia de que tão importante quanto a materialidade da violência são as formas de percepção, interpretação e reprodução desse fenômeno. Em outras palavras, a violência é, também, o que se representa como violência, e a fronteira é, nesses termos, o que se representa como fronteira, considerada em sua diversidade e em suas múltiplas formas de sociabilidade, marcadas ou não por práticas de crimes e de violência.

Além da participação numa pesquisa nacional que teve como propósito desenvolver um diagnóstico da segurança pública nas fronteiras do Brasil, e de uma pesquisa que aprofundou os dados qualitativos para a região da Grande Dourados, estamos desenvolvendo um estudo comparativo entre as regiões da Grande Dourados e do Oeste Paranaense, tendo em vista as proximidades que essas regiões comportam em termos dos “problemas” característicos de fronteiras, como a existência de um mercado informal e diversas formas de “ilegalismos”, os chamados crimes comuns, a forte presença do agronegócio e dos povos indígenas, entre outros. Ressalta-se que em ambas regiões a fronteira com o Paraguai tem sido interpretada como um “espaço-problema”, sobretudo pelos representantes das instituições de controle. Compreender como esse “problema” aparecem nas representações da violência por meio da imprensa local se constitui no objetivo principal da pesquisa. Assim, o objetivo desse artigo foi apresentar alguns resultados dessa pesquisa, em diálogo com as pesquisas anteriores.

Para registro das notícias veiculadas na imprensa local foram sele-

cionados dois portais de notícias em cada uma das duas regiões estudadas, que nesse primeiro momento foram analisados apenas por meio dos títulos das matérias publicadas. No total foram registrados 2.256 títulos, agrupados em três categorias de ocorrências e também analisados em termos da frequência de algumas palavras-chave. No que se refere às categorias de ocorrência, constatou-se que a maioria deles indica práticas relacionadas ao que denominamos “crimes comuns”, que vão desde o homicídio, passando por furtos, roubos e assaltos, até lesões corporais “leves”. Essa categoria representou 66,9% do total de títulos, seguido da categoria “crime organizado” que envolve tráfico e contrabando, e que representou 31,9% do total de títulos. A terceira categoria está relacionada às ocorrências que envolvem os indígenas e representou apenas 1,2% dos títulos.

Em termos comparativos, constatou que *O Progresso* (Grande Dourados) foi o jornal que mais deu ênfase aos “crimes comuns” (77,8%) e o *Portal Guaira* (Oeste Paranaense) o que mais enfatizou os crimes relacionados ao tráfico e ao contrabando (41,5%). Em todos os jornais, contudo, os “crimes comuns” estão presentes na maioria dos títulos, e as notícias que envolvem os povos indígenas são pouco representativas em todos os jornais. Ressalta-se, contudo, os limites dessa classificação, pois é bastante provável que, na prática, as duas primeiras categorias se sobreponham, ou seja, é possível que muitos crimes considerados “comuns” tenham relação com os crimes de tráfico, por exemplo, ao mesmo tempo em que é possível que crimes classificados como tráfico ou contrabando possam ter implicações nos chamados “crimes comuns”. A divisão, portanto, é arbitrária e tem como objetivo apenas compreender como, em termos de representações da violência, a ênfase se dá mais em uma ou outra dessas categorias.

No que se refere à frequência de palavras-chave, destaca-se que as

duas palavras com maior incidência em todos os jornais foram “veículos” e “maconha”. Se considerarmos que a palavra “moto/motocicleta” também teve grande incidência reforça-se a indicação de grande quantidade de roubo de carros e motos nessas regiões, especialmente no Oeste Paranaense, além de grande incidência de apreensões de “maconha”, que contrasta com a menor incidência da palavra “cocaína” e a baixa incidência das palavras “crack” e “haxixe”. Na sequência aparecem as palavras “furto”, “arma” e “roubo” que, junto com “assalto”, indicam uma grande incidência dos crimes considerados “comuns”. As palavras “droga”, “contrabando”, “cigarro” e “tráfico” vêm em seguida e reiteram, num grau menor, a incidência do chamado “crime organizado”. Registra-se, ainda, a baixa incidência da palavra “agrotóxico”, o que sugere que os jornais não têm destacado o delito de “importação irregular de agrotóxico”.

Sobre os segmentos considerados mais vulneráveis à violência, destaca-se a baixa incidência da palavra “indígena”, considerando que o problema da vulnerabilidade e da violência que envolve os povos indígenas nas duas regiões é um fenômeno bastante evidente, mas não aparece dessa forma na imprensa local. A palavra “jovem/adolescente” também sugere um forte envolvimento desse segmento nas ocorrências citadas, assim como a incidência da palavra “criança/menino(a)” indica que as crianças também aparecem como vítimas nesse cenário de crime e violência nas fronteiras. Destaque, contudo, para a grande incidência da palavra “mulher”, uma das mais frequentes que ocupa a 6ª posição nesse *ranking*, sugerindo tanto uma possível ampliação da participação de mulheres no mundo do crime quanto a possível permanência das mesmas como vítimas preferenciais da violência também nas fronteiras.

Finalmente, destaca-se que a palavra “fronteira” aparece na 17ª po-

sição do *ranking*, o que surpreende na medida em que num universo de mais de 2 mil notícias sobre crime e violência, que ocorreram justamente na faixa de fronteira, essa palavra aparece apenas 59 vezes, com uma baixa incidência sobretudo no jornal do Oeste Paranaense que circula a partir de Guaíra, a única cidade da amostra que se situa no limite da fronteira com o Paraguai e com o Mato Grosso do Sul. E ainda que com uma incidência menor em relação às outras palavras, o termo “bandido”, que aparece 60 vezes nos títulos das notícias, indica a permanência, na linguagem jornalística de cunho policial, de uma forma tradicional de atribuição de estereótipo aos suspeitos de crime, o que também sugere pensar naquilo que Garland (2008) considera como uma das tendências atuais da chamada “cultura do controle”, qual seja, o “populismo penal”, especialmente por parte da mídia e da imprensa.

Referências

ADORNO, Sergio. A criminalidade urbana violenta no Brasil. *BIB — Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, v. 35, 1993.

_____. Sergio. *A Gestão Urbana do Medo e da Insegurança: Violência, Crime e Justiça Penal na Sociedade Brasileira Contemporânea*. Tese (Livre Docente em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

_____. Mais Crimes. *O Estado de São Paulo* — 27/01/2002a.

_____. Crime, Justiça Penal e Desigualdade Jurídica: as mortes que se contam no Tribunal do Júri, in: SOUTO, Cláudio; FALCÃO, Joaquim. *Sociologia e Direito*. São Paulo: Pioneira, 2002b.

ALBUQUERQUE, José Lindomar. *A Dinâmica das Fronteiras: os brasileiros na fronteira entre o Brasil e o Paraguai*. São Paulo: Annablume-Fapesp, 2010.

BARREIRA, Cesar; ADORNO, Sergio. A Violência na Sociedade Brasileira. In: MARTINS, Carlos Benedito; MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza (Org.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil*. 1ª. Edição. São Paulo: Barcarolla, 2010, v. 1, p. 303-374.

BARREIRA, Cesar. Violência difusa, medo e insegurança: as marcas recentes da crueldade. *Revista Brasileira de Sociologia*, vol. 1, n. 1, jan/jul/2013.

CALDEIRA, Teresa Pires. *Cidade de Muros*. São Paulo: Edusp, 2000.

CARDIN, Eric. (Org.) *As Múltiplas Faces das Fronteiras*. Curitiba: CRV, 2013a.

_____. As dinâmicas das fronteiras e as vítimas de homicídios em Foz do Iguaçu, PR (2001-2010). Século XXI. *Revista de Ciências Sociais*, v. 3, no 2, p. 155-181, jul./dez. 2013b.

CARDIN, Eric; ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. Fronteiras e Deslocamentos. *Revista Brasileira de Sociologia - Vol. 06, No. 12*, jan./abr. de 2018.

GARLAND, David. *Cultura do Controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2008.

GOETTERT, Jones. A fronteira, a violência como o *outro geográfico* e um cotidiano de relações múltiplas (ou aquilo que não se mostra), in: CARDIN (Org.) *As Múltiplas Faces das Fronteiras*. Curitiba: CRV, 2013.

GRECO, Rogério. *Código Penal comentado*. 11a. edição. Niterói: Editora Impetus, 2017.

HIRATA, Daniel. Segurança Pública nas fronteiras: apontamentos a partir do 'Arco Norte'. *Ciência e Cultura*, v. 67, p. 30, 2015.

IBGE. *Perfil dos Municípios Brasileiros — 2012*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE.

KLEINSCHMITT, Sandra Cristiana. *As mortes violentas na Tríplice Fronteira: números, representações e controle social*. Estudo comparativo entre Brasil, Paraguai e Argentina. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS. Porto Alegre, 2016.

NEVES, Alex Jorge (et. al.). *Segurança Pública nas Fronteiras*. ENAFRON. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016.

_____. *Segurança Pública nas Fronteiras*: Sumário executivo. ENAFRON. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016.

PORTO, Maria Stela Grossi. Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 4, n. 8, julho/dezembro de 2012, p. 152-171.

_____. *Sociologia da Violência*: do conceito às Representações Sociais. Brasília: Francis, 2010.

_____. Mídia, segurança pública e representações sociais. *Tempo Social*, 21 (2), 2009, p. 211-233.

ROCHA, A. A. *Uma análise do crescimento econômico na faixa de fronteira*: o caso do Paraná. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio. Unioeste. Toledo, 2013.

SILVEIRA, Ada Machado e Guimarães, Isabel Padilha (Org.) *Conexões (trans)fronteiriças*: mídia, noticiabilidade e ambivalência. Foz do Iguaçu (PR): EDUNILA, 2016.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2016*: homicídios por arma de fogo no Brasil. Rio de Janeiro: FLACSO/CEBELA, 2016.

Resumo:

Partindo do diálogo entre diferentes pesquisas sobre fronteiras compreendidas nos últimos anos, esta pesquisa tem como objetivo estudar as representações sociais da violência em duas regiões de fronteira do Brasil: a Grande Dourados (MS) e o Oeste Paranaense (PR). Para tanto, analisa como a imprensa local nessas regiões contribui para a (re)produção de representações sobre crime e violência. Num período de aproximadamente três meses, foram selecionados 2.256 títulos de notícias em quatro jornais (dois para cada região), os quais foram classificados em três categorias de ocorrências e analisados em termos da frequência de palavras-chave que reforçam imagens, estereótipos e concepções da violência e da criminalidade na fronteira.

Palavras-chave: Violência; fronteira; representações sociais.

Abstract:

Starting from the dialogue between different and recent frontier researches, this article aims to study the social representations of violence on two border regions of Brazil: Grande Dourados (MS) and the west of Parana (PR). Therefore, it analyzes how the local press in these regions contributes to the (re)production of crime and violence representations. Over a period of three months, it was selected 2.256 news titles from four newspapers (two from each region) which were classified into three categories of occurrences. Then they were analyzed by the frequency of keywords that reinforce images, stereotypes and conceptions of border crime and violence.

Keywords: Violence; borders; social representations.

Recebido para publicação em 30/04/2018.

Aceito em 07/08/2018.